

A INVENÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO E EMBATES ACERCA DA MEMÓRIA

Odair da Cruz Paivaⁱ

RESUMO:

O arquivo histórico é um sujeito polissêmico. Portador de formas, conteúdos e funções variadas, ele está presente na maioria das sociedades que dominaram a escrita. Trata-se de uma invenção antiga que, no século XIX, ganhou status oficial como instrumento de preservação da memória dos sujeitos da História; de acordo com a tradição positivista, estes eram o Estado, a Igreja e os grandes nomes da política. Sua institucionalização foi contemporânea a profissionalização do historiador e também à criação dos Museus e Centros de Documentação; estes respondiam à um complexo jogo de interesses e disputas pela preservação de uma expressão da memória social e política em detrimento de outras presentes na sociedade. Esta comunicação tem por objetivo discutir as positivities e negatividades dos arquivos como instrumento de preservação da memória histórica. A reflexão tem como elemento condutor os embates que correntes historiográficas como o positivismo, o marxismo e a Escola dos Annales produziram sobre a construção, preservação e difusão da memória histórica.

Palavras-Chave: arquivo histórico, historiografia, memória

The historical archive is an element with many meanings. Carrier of forms, contents and varied functions, it is present in the majority of the societies that had dominated the writing. One is about an old invention that, in century XIX, gained status official as instrument of preservation of the memory of the citizens of History; in accordance with the positivism tradition, these were the State, the Church and the great names of the politics. Its institutionalization was contemporary the professionalization of the historian and also to the creation of the Museums and Centers of Documentation; these answered to the one complex game of interests and disputes for the preservation of an expression of the social memory and politics in detriment of other gifts in the society. This communication has for objective to argue the many possibilities of the archives as instrument of preservation of the historical memory. The reflection has as conducting element you strike them that writing of history as the positivism, the marxism and the School of the Annales had produced on the construction, preservation and diffusion of the historical memory.

Words Key: historical archive, writing of history, memory

O século XIX pode ser considerado o *século da história* tanto na perspectiva de área voltada para a produção do conhecimento quanto disciplina regular inserida nas escolas e universidades. Esta valorização da História possuiu uma multiplicidade de elementos explicativos. Uma abordagem sobre questões como o positivismo e o nacionalismo trará elementos explicativos não apenas para a compreensão da valorização da história mas também para compreendermos o surgimento e institucionalização dos muitos *espaços da memória* criados naquele século.

O positivismoⁱⁱ engendrou uma *visão de mundo* informada pela crença no progresso, cientificidade do conhecimento, neutralidade e fundamentalmente pela idéia da verdade. Engendrado num ambiente histórico permeado pelo desenvolvimento do capitalismo e pela vitória da sociedade burguesa enquanto possibilidade de ordenamento do mundo, o positivismo fez parte de uma gama complexa de formas materiais e não materiais nas quais se assentavam e reproduziam-se as relações sociais naquele período.

Os avanços da ciência – nos termos, métodos e paradigmas das ciências da natureza – se faziam visíveis e condicionavam as consciências numa sociedade que vivia o seu tempo histórico mais áureo. Foi um período no qual as Exposições Universaisⁱⁱⁱ, por exemplo, transformaram-se no epicentro de reunião da multiplicidade de avanços tecnológicos do mundo burguês. Visitadas por milhares de pessoas de todas as classes sociais, elas eram o veículo para a apreciação das últimas maravilhas do mundo moderno.

Da lâmpada elétrica de Thomas Edison às máquinas de beneficiamento do café, as Exposições Universais cumpriam um duplo papel. De um lado, serviam de vitrine para a divulgação de novos produtos cada vez mais modernos, velozes, versáteis. Eram vitrines que seguiam a lógica concorrencial do capitalismo e também demonstravam o poderio dos países industrializados. Por outro lado - apreciadas por um público não necessariamente consumidor direto – suas várias edições pela Europa e Estados Unidos, eram instrumentos importantes no reforço ideológico de mundo permeado pelo conflito sociais e pela luta de classes.

As Exposições Universais, reforçavam um paradigma de conhecimento empírico-prático que alçava à condição de ciência, áreas do saber como a física, a matemática, a biologia, a química, etc. cujas *descobertas* auxiliaram na construção do sentido positivo daquele momento da história. Exemplo emblemático da apropriação das descobertas da ciência pela sociedade burguesa foi a publicação em 1859 de *A Origem das Espécies e a Seleção Natural* de Charles Darwin. Embora muitos intelectuais e também pela Igreja recusassem seus pressupostos, a idéia de *evolução* e também da *seleção natural*, não tardou a ser apropriada até constituir o chamado *darwinismo social*.

Esta releitura de Darwin criou uma representação que transferia para a história das sociedades à dinâmica da evolução das espécies. Logo a sociedade burguesa se transformaria no exemplo claro do estágio mais evoluído dentre as sociedades humanas de seu tempo, justificando a sujeição de outras culturas e realidades históricas^{iv}. O imperialismo e a conquista e colonização da África, Ásia e Oceania, foram compreendidas por muitos europeus como uma necessária *atualização histórica* cujos objetivos eram elevar o nível cultural e econômico das sociedades primitivas. A ciência passava a responder aos desígnios da expansão desenfreada do capitalismo e da cultura burguesa.

Neste tempo de *progresso* as ciências humanas perdiam espaço e reconhecimento social. Durante a primeira metade do século XIX, as influências da filosofia, sintetizadas talvez no dualismo kantiano^v, estavam envoltas num debate sobre sua especificidade se comparadas às ciências naturais. Grosso modo, as ciências humanas reivindicavam para si uma linguagem própria, constituída pela subjetividade do sujeito, pela incompletude de suas assertivas e pela relatividade da verdade. A defesa da especificidade do conhecimento das ciências humanas logo sucumbiria aos ditames do novo tempo.

A incorporação dos pressupostos positivistas pelas ciências humanas foi uma resposta à necessidade de recuperação de um lugar social que, ao menos até o século XVIII, ainda era confortável e seguro. Esta adesão aos paradigmas e métodos das ciências naturais, evidentemente, expulsou as influências da filosofia das ciências humanas e tinha como finalidade alçar o *status* de *ciência*. Na história (mas também na sociologia e na geografia) as influências do positivismo produziram a necessidade da construção de um conhecimento cujas características podem ser resumidas nos oito pontos que se seguem:

1) A pesquisa histórica com caráter científico, longe da especulação filosófica e da história literária em prol de fórmulas científicas, objetivas e positivas. O conhecimento se constrói através da crítica erudita às fontes. Há um culto ao documento, ao fato. 2) Objetividade absoluta e alheia ao meio social do historiador. A relação cognitiva se dá de forma passiva. O Historiador é capaz da imparcialidade. 3) Aplicação de técnicas rigorosas no inventário das fontes e na crítica dos documentos. 4) A história existe objetivamente. Há uma estrutura acabada de fatos. O trabalho do historiador é revelar a história com a ajuda de documentos. 5) A tarefa do positivismo foi uma via de mão dupla: a) determinar os fatos, estabelecer as leis; aqueles por percepção sensorial, estas por indução. Os positivistas lançaram-se á primeira parte do programa que consistiu fundamentalmente em enormes compilações. Dentro da compilação, a crítica filológica que consistiu em: a) identificar o que é digno de confiança e b) como o ponto de vista do autor influencia sua percepção sobre o real. Nesse caso o caminho positivista foi o da recusa em sair das compilações e estabelecer as leis gerais. 6) As duas regras do método: o fato isolado e a análise independente da subjetividade. O resultado é um avanço da decodificação de pequenos problemas e a fraqueza no tratamento dos grandes problemas e/ou teorizações. 7) O trabalho minucioso dos positivistas levaram-nos à extrema fragmentação e à crítica tanto dos filósofos quanto da sociologia. 8) Em linhas gerais, a tríade positivista: Sujeito: isento, imparcial, cientista na acepção positivista. Objeto: percebido no sentido laboratorial, é possível de ser isolado, estudado em suas partes, possível de ser dissecado. Conhecimento: objetivo, verdadeiro.^{vi}

Em resumo, o positivismo no pensamento historiográfico do século XIX trouxe, três importantes desdobramentos: Em primeiro lugar, a história positivista aceitou o primado das ciências da natureza no século XIX na medida em que incorporou dois de seus pressupostos: a) a crença na neutralidade do conhecimento; b) a incorporação do método, segundo o qual a decodificação das partes e a análise parcial e aprofundada das mesmas resultaria num “todo coerente”, “homogêneo” e “definitivo”. Em segundo lugar, o método positivista, legou para a história uma *época de enriquecimento da história por meio da compilação de enormes quantidades de material cautelosamente peneirado, como: anais reservados e patentes, o corpo das inscrições latinas, novas edições de textos e fontes históricas de todas as espécies, e todo o mecanismo de investigação arqueológica (...)*^{vii}. Em terceiro lugar, alçou a história para o tão almejado *status* de ciência, o que contribuiu para que a mesma pudesse ser apropriada como um instrumento a serviço do Estado e dos interesses da sociedade burguesa.

Neste contexto, o encontro entre a historiografia positivista e os interesses do Estado possibilitou o surgimento dos *arquivos históricos* em nas suas diversas formas. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 foi uma resposta à necessidade da construção de uma história nacional cujos elementos constitutivos distanciassem a história pátria de sua herança colonial recente.

Segundo Lilia Schwarcz, o IHGB tinha por responsabilidade

(...) construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. Exemplos longínquos dos Centros do Velho Mundo, no Brasil os institutos se propõem a cumprir uma tarefa monumental "colligir, methodizar e guardar" documentos fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais. (...) É portanto, no interior desse processo de consolidação do Estado Nacional, tão marcado por disputas regionais, que toma força um programa de sistematização de uma história oficial.^{viii}

A criação do IHGB representava a necessidade da reconstrução da memória e ma nova história para a jovem nação, a partir dos interesses da Corte instalada no Rio de Janeiro. Desdobrou-se dos trabalhos do IHGB o exemplo clássico da construção de representações sobre a nossa história: uma história capitaneada pela elite branca e de ascendência européia. Esta representação sobre o verdadeiro sujeito da história e o sentido ideal para o novo tempo, ganhou *status* de ciência no concurso de monografias criado pelo Instituto em 1844.

Neste concurso, cujo tema era *Como escrever a história do Brasil*, a tese de Karl Friedrich Philipp von Martius foi vencedora. Em linhas gerais, ela propunha uma escrita da história na qual as três raças formadoras de nossa história e cultura formavam um todo harmônico e hierarquizado. Ao branco, coube o papel civilizador, ao índio, a possibilidade de evolução e ao negro a detração. Com este concurso, o IHGB era colocado como o lugar produtor da memória nacional e organizador de seu passado, presente e futuro.

Por outro lado, a criação do IHGB engendrou durante o século XIX uma disputa sobre a produção e o controle da memória nacional. A criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano em 1862 e a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1895 foram respostas das elites regionais à hegemonia do Rio de Janeiro na escrita da história nacional. De qualquer forma, estes Institutos auxiliaram na produção, organização e divulgação da memória histórica nacional, memória esta, marcada pelos interesses da elite nacional e certificada pelo rigor *científico* da historiografia positivista.

Seus arquivos históricos constituíram centros de documentação importantes para aqueles que escreviam a história do país. Com eles, estava aberta a possibilidade e a necessidade da criação de outras formas de produção, guarda e preservação da memória histórica local, regional ou nacional. Durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram criados em todo o país vários outros arquivos históricos.

Alguns deles, como o Arquivo Histórico Municipal “Washington Luis” na cidade de São Paulo, criado em 1907 cumpriam a função de guarda e preservação da documentação produzida pelo poder público municipal. Esta mesma necessidade fez com que surgisse já em 1721 o protótipo do que viria a ser o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nestes arquivos, a ação dos poderes públicos, representadas pela guarda, preservação e catalogação da documentação produzida pelas diversas funções do Estado (através de seus respectivos órgãos, departamentos, secretarias, etc.) tornaram-se referências fundamentais para o *conhecimento* da história. Este *conhecimento* traduziu-

se num *reconhecimento* da importância da ação do Estado e das elites para a escrita da história.

Outros arquivos históricos surgem no bojo do processo de *musealização* da história, como o caso do Arquivo Histórico do Museu Imperial (criado na década de 1940) ou do Arquivo Histórico Nacional - parte do Museu Histórico Nacional - criado em 1922, data do centenário da Independência. Nestes casos, os arquivos históricos são expressões de conjuntos mais amplos de reminiscências de nossa história. Em certa medida, a *musealização* não deixa de ser uma outra forma de arquivo histórico.

A disposição de peças de vestuário, mobília, pinturas ou mesmo a reprodução de ambientes, como encontramos no Museu Imperial em Petrópolis, procuram retratar e garantir a perpetuação de uma história - a da família real, ou da monarquia no Brasil - que na realidade é uma representação cuidadosamente construída como forma de manter a memória de um pequeno grupo em detrimento de muitos outros que viveram naquele mesmo período. A memória de outros sujeitos da história, evidentemente, não adentra ao Museu Imperial, por razões digamos *razoáveis*, na medida em que se pode argumentar que não faz parte de suas funções. De qualquer forma, o incômodo permanece.

O Museu Paulista, criado em 1895, poucos anos após a Proclamação da República, expressa a necessidade das elites paulistas em inserirem sua importância na história nacional. Neste caso, a *musealização* segue também a forma clássica positivista. Procura-se o registro da epopéia bandeirante e sua proeminência para a construção da nacionalidade. Ambos os exemplos, nos servem para abrir as possibilidades de compreensão da polissemia que cerca a idéia do arquivo histórico.

Ulpiano Bezerra de Meneses, na crítica à uma tendência recente da museologia - a *living history* - aponta para uma questão fundamental na compreensão da *musealização* da história.

(...) Na verdade, ao pretender anular distâncias com o passado, acaba reduzindo-o a mero presente anacrônico: eis um outro caso de “disneyficação” da História. Supor que possa “visitar o passado” - um passado fetichizado e congelado, oferecido à visão, confundida com o conhecimento - é postura confortavelmente anti-histórica e antipedagógica, pois nos aprisiona no presente e, incapaz de nos fazer-lo aprender no confronto crítico com o diverso, o outro, a alteridade, transforma-o no único termômetro capaz de tudo medir.^{ix}

Seja na sua forma clássica do arquivo de documentos, seja na forma *musealizada* das exposições, encontramos a expressão privilegiada de uma dimensão da memória histórica. Enquanto forma, função ou estrutura, os arquivos históricos respondiam - e ainda respondem - a união entre, de um lado, a compreensão da historiografia positivista sobre a história e memória e, de outro, a necessidade da construção de um sujeito histórico particular.

Na discussão historiográfica, é desnecessário aprofundar a idéia de que as questões que envolvem as representações sobre o passado são uma das mais constantes. Entretanto, vale ressaltar, mais uma vez, o fato de que a historiografia positivista no século XIX *fundou* um sentido sobre a memória extremamente poderoso e sobre o qual

os pilares dos arquivos históricos foram erigidos. Durante aquele século, a noção de história engendrada pelo materialismo histórico e dialético, já apontava uma crítica necessária à perspectiva positivista de história.

A noção na qual a história é construção coletiva, cujo motor é a luta de classes e que o movimento da história segue a lógica dialética, são elementos que se tornaram lugares comuns quando refletimos sobre as questões que envolvem o materialismo histórico. ^x De qualquer forma, na crítica ao idealismo hegeliano que pregava um sentido quase metafísico para o devir histórico, a formulação materialista da história proposta por Marx tinha, potencialmente, a condição de fazer a crítica ao positivismo histórico. Entretanto, este diálogo não ocorreu em seu próprio tempo.

O materialismo histórico não adentrou à Universidade no século XIX e sua filosofia da história – uma filosofia da práxis – esteve mais presente nas consciências e ações dos revolucionários daquele tempo. Segundo Aguirre Rojas, ^{xi} o tempo de maior proeminência do materialismo histórico – se compreendemos sua importância junto aos movimentos sociais ocorridos na Europa no século XIX – se circunscreveu entre os movimentos de 1848 (a chamada *Primavera dos Povos*) e a Comuna de Paris (1871). Foi a partir da derrocada desta crista alta dos movimentos populares que o positivismo se estabeleceu como influência importante nos estudos históricos.

A rápida incorporação do positivismo nas cátedras universitárias a partir da segunda metade do século XIX foi uma das razões pelas quais o diálogo e o confronto entre posturas históricas divergentes não se realizou no século XIX. Mesmo assim, o materialismo possuía um radical crítico importante: a noção de que a luta de classes era o motor da história e que as sociedades vivenciam momentos de estabilidade e de transformação (revolução). Este radical colocava a necessidade em se refletir sobre a multiplicidade de vividos e vivências possíveis num mesmo momento histórico.

Um sentido de tempo histórico portador de múltiplas temporalidades potencialmente permitia o desvendamento da existência de outras memórias possíveis, de outros sujeitos, de outras alternativas de mundo e utopias variadas. Se percebidos dessa forma, os arquivos históricos seriam instrumentos de perpetuação da memória dos vencedores.

Somente no início do século XX é que a crítica à noção de história, memória e de sujeito histórico provenientes do positivismo passou a ser questionada com maior visibilidade, permitindo um debate de maior alcance na historiografia. As preocupações de dois historiadores franceses – Marc Bloch e Lucien Febvre – foram o ponto de partida para que em 1929 fosse criada a revista *Anais de História Econômica e Social*. Esta revista daria origem à *Escola dos Annales*.^{xii} Uma nova corrente historiográfica emerge e com ela um debate teórico acerca da necessidade do alargamento da história para novos sujeitos, novos objetos e novas abordagens ^{xiii}.

A Escola dos Annales propôs a ampliação do campo de trabalho do historiador para além dos limites impostos pelo positivismo. Pesquisas e estudos interdisciplinares, a abertura da história para o diálogo com a sociologia, geografia, literatura, economia, antropologia, demografia, etc fizeram com que os estudos históricos pudessem compassar-se com a complexidade da realidade e do vivido das sociedades humanas. A proposição de diferentes tempos presentes num mesmo tempo histórico também foi importante para revelar teórica e metodologicamente a necessidade do resgate da ação de outros sujeitos.

Em linhas muito gerais, podemos compreender que a Nova História – oriunda dos *Annales* e nas suas mais diferentes vertentes – propôs em primeiro lugar, o resgate de novos sujeitos. Contrariamente ao positivismo e idealismo, a nova história procurou trazer para o cenário, personagens outros - camponeses, operários, mulheres, crianças ... - que, com suas ações, contribuíram e contribuem quotidianamente para a construção da história. Em segundo lugar, o resgate de novas fontes. Propôs um alargamento do *material empírico* utilizado pelo historiador: a música, a pintura, os mitos e lendas, todas as formas de história oral, a religiosidade, os ideários ... faziam parte da nova *matéria prima* que o historiador pode se utilizar na reconstrução da história.

Em terceiro lugar, o resgate de novas abordagens. Isto representava a possibilidade de uma reconstrução muito mais abrangente do fato, onde as ações dos homens poderiam ser melhor compreendidas e resgatadas. Além disso, os temas aos quais os historiadores passaram a se dedicar tendiam a ser os mais variados; a história da feitiçaria, a história do ideário operário, a história do livro, a história das lutas camponesas... temas que surgiam como objeto de interesse nas pesquisas dos historiadores.^{xiv}

Assim o resgate de *outros vividos* ganhava importância e sentido, criando uma demanda social, política e acadêmica na qual uma mudança na compreensão da natureza e função dos *arquivos históricos* era necessária. No Brasil, a partir das décadas finais do século XX, uma série de iniciativas em organizar acervos que retratassem a *ação histórica dos de baixo* possibilitou, paulatinamente a constituição de um outro conjunto de arquivos históricos que viriam disputar espaço com aqueles mencionados anteriormente.

A partir dos anos 1970 foram criados arquivos e centros de documentação como o Centro de Estudos Migratórios (CEM), Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) na UNICAMP, Centro de Documentação e Memória (CEDEM) na UNESP, Memorial do Imigrante (ligado à Secretaria de Estado da Cultura), Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Estes são alguns dentre tantos criados na cidade de São Paulo nos anos 1970 e exemplos de um universo extremamente amplo se considerarmos o país como um todo.

Em seus acervos, temas como movimento operário (AEL, CEDEM, CPV) possuem relevância; entretanto, questões como os deslocamentos populacionais (CEM, Memorial do Imigrante) e trabalhos de resgate da memória de líderes de movimentos sociais ou apenas – o que não significa em menor grau de importância – o registro de trajetórias de indivíduos anônimos estão presentes nos trabalhos desenvolvidos por estas e outras instituições congêneres. A criação destes espaços foi resposta aos dilemas presentes na sociedade brasileira, especialmente no período da ditadura. Do ponto de vista político, era fundamental a construção de uma idéia de história na qual a presença e a participação dos setores populares fosse revelada e seu potencial crítico transformador valorizado.

Com a emergência dessas novas expressões de *arquivos históricos* estava aberto o campo de contenda sobre o(s) lugar(es) de construção da história. Uma batalha um tanto subterrânea começava: a disputa pela memória histórica. Nesta contenda, os lados da disputa representam momentos distintos da compreensão sobre a construção da história, mas o *troféu* também possui sua identidade própria. A idéia de memória guarda suas especificidades; há diferentes níveis para sua compreensão bem como todo um debate acerca da noção se memória e história são elementos que se hibridam de forma consensual.

Um sentido no qual a memória é parte da história tem sido defendido já há algumas décadas.^{xv} Memória coletiva, memória individual, memória institucional, memória oficial, etc. Nos fundamentos desse debate está a idéia na qual a memória é parte da história mas que o regate da história pressupõe uma operação muito mais complexa, envolvendo teoria, metodologia, subjetividade do historiador, escolha de fontes, intencionalidades na produção do conhecimento, etc.

Segundo Ulpiano Meneses,

A memória como construção social é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psíquico-social de representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações.^{xvi}

Os arquivos históricos são expressões da memória. Esta assertiva – a princípio nada inovadora mas retomada em tempos de neo-liberalismo e de globalização – produziu condições para que um novo debate surgisse no campo historiográfico e que foi marcado pela idéia de um relativismo do conhecimento histórico que ganhou expressão a partir dos anos 1990. Nele, uma história *pós-moderna* surgia como possibilidade de reunião de perspectivas nas quais o saber histórico é sempre relativo, parcial, indutor e que a verdade não fazia parte do conhecimento neste campo da produção intelectual humana.^{xvii}

Ellen Wood em seu ensaio *O que é a agenda pós moderna*, aponta para o fato de que,

O fio principal que perpassa todos esses princípios pós modernos é a ênfase na natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano. As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o self humano é tão fluído e fragmentado (o sujeito descentrado) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade” social comum (uma classe) e uma experiência comum, em interesses comuns. (...) O que de imediato chama a atenção é que o pós-modernismo, que parece combinar tantos aspectos de diagnósticos anteriores sobre o declínio de épocas, mostra-se extraordinariamente inconsciente de sua própria história.^{xviii}

Numa história *pós-moderna*, a subjetividade dos sujeitos – presentes e pretéritos – é o fio condutor fundamental do conhecimento desdobrando-se num ceticismo quanto à produção considerada científica e numa crítica ao conhecimento pretérito produzido pelos historiadores. O relativismo do conhecimento histórico e sua incapacidade na produção de verdades^{xix} criou um terceiro termo na contenda, produzindo uma tríade que expõe os limites do debate acerca da questão da história – enquanto área do conhecimento – e do papel/função dos arquivos históricos.

Neste princípio de século a história passa por uma crise epistemológica – talvez as ciências humanas de forma geral – comparável à física no princípio do século XX quanto o paradigma newtoniano exauria-se e cujos limites só seriam superados com Einstein. Nela, o saber histórico é questionado na sua capacidade de produção de sínteses, de desvendamento do passado e de verdades. Em outros termos, a crítica ao

paradigma positivista se faz novamente presente. Por outro lado, a crítica à uma história dos sujeitos comuns, dos *despossuídos* da história, da história da particular se assenta no fato de que suas conexões com uma *grande história* não são realizadas. Por fim, um ceticismo com relação ao papel da história enquanto possibilidade de desvendamento do mundo, do devir e da concretização das utopias.

Nesta crise, como na anterior que opôs o positivismo à Nova História, está a necessidade em se reinventar outro *arquivo histórico*. Esta reinvenção, evidentemente, só será possível na emergência e consolidação de uma idéia de história que dê suporte para a criação de outros lugares da memória e assim, outras formas de *arquivos históricos*. Nas palavras do saudoso Octávio Ianni, residem a possibilidade do novo: *A História é incerta e (sempre) aberta a outros possíveis*.

ⁱ Doutor em História Social pela FFLCH/DH/USP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília. Pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância (USP) e do Núcleo de Estudos de População – NEPO – (UNICAMP)

ⁱⁱ Conjunto de idéias e princípios filosóficos, políticos e religiosos elaborados pelo francês Augusto Comte (1798-1857) através de várias obras. No plano filosófico, o termo positivismo designa realidades antagônicas, ou seja, o útil se antepõe ao inútil, o real ao irreal, o relativo ao absoluto. Para Comte, a humanidade – por ele denominada Grande Ser – se desenvolve através de três estados ou modos de pensar: o teológico, o metafísico e o positivo. Essas regras que conduzem o espírito humano constituem “lei dos três estados”. O estado positivo é, pois, o término de uma evolução na qual o indivíduo alcança o saber definitivo, isto é a ciência. Esse estado só pode ser atingido pelo método de observação e experimentação o que levou o filósofo francês a estabelecer uma diferença entre ciências concretas e abstratas. Para estas, propôs uma classificação estabelecida em ordem lógica e cronológica: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia, às quais acrescentou mais tarde a moral. Para Comte, não existe nem o infinito nem o absoluto. “Tudo é relativo e isso é a única coisa absoluta” dirá ele num axioma que se tornou a máxima fundamental do positivismo. A Natureza humana evolui obedecendo leis históricas. O estudo da sociedade compreende dois aspectos, um estático, outro dinâmico. O primeiro estabelece a ordem e o segundo o progresso. Assim, há um só tempo, doutrina e método, o positivismo fornece os instrumentos para o funcionamento de qualquer sistema político, ou seja, a ordem e o progresso. (...) In: AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral. Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.p. 361/2.

ⁱⁱⁱ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Exposições Universais. Espetáculos da Modernidade.

^{iv} SCHWARCZ, Lília Moritz. O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993

^v KANT, Immanuel. *Idéia de Uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. In: GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p.p. 28-41.

^{vi} CARDOSO, C.F.S. A História Tradicional e seu Método de Crítica Documental Erudita Uma Introdução à História. São Paulo: Brasiliense. 1981

^{vii} COLLINGWOOD, R.G. A Idéia de História. Lisboa. Ed. Presença, p.p. 165

^{viii} Schwarcz, Lília. *Op. Cit.* p.p. 99

^{ix} MENESES, Ulpiano Bezerra T. de A Crise da Memória, História e Documento. Reflexões para um Tempo de Transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.) Arquivos Patrimônio e Memória. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p.p. 18

^x Ver: GARDINER, Patrick, op.cit; COLLINGWOOD, R.G. op.cit.

^{xi} MALERBA, Jurandir. ROJAS, Carlos Aguirre (Org) Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica. Bauru: Edusc, 2007.

^{xii} BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. Ver também: BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

^{xiii} Há uma grande variedade de trabalhos sobre este tema. Cito alguns dentre os que se tornaram referência. CERTEAU, Michel. *A Operação Histórica*. LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. DUBY, G., ARIÈS, P., LA DURIE, E.L., LE GOFF, J. História e Nova História. Lisboa: Editorial Teorema, s/d; DOSSE, François. A História em Migalhas: dos Annales à Nova História. (2ª ed.) São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992; DUBY, George; ARIÈS, Philippe; LA DURIE, Emmanuel Le Roy; LE GOFF, Jacques. História e Nova História. Lisboa: Teorema, s.d.

^{xiv} Embora não seja do escopo deste trabalho, é importante marcar o fato de que a Escola dos Annales influenciou a produção historiográfica brasileira a partir dos anos 1980 de maneira bastante significativa. Desde os anos 1970, a necessidade da construção de uma *história social* que fizesse contraponto com a história positivista e com o marxismo de matiz estruturalista havia criado um ambiente propício para que muitos dos elementos dos Annales fossem absorvidos e reinterpretados pelos historiadores brasileiros. Cito a seguir algumas obras que foram influenciadas pela *história social* e que, em certa medida, igualmente expressaram as preocupações dos Annales. DE DECCA, Edgar - 1930 O Silêncio dos Vencidos; DE DECCA - Maria Auxiliadora G. - A Vida Fora das Fábricas - Cotidiano operário em São Paulo - 1920-34; DIAS, Maria Odila L.S. - Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX; SOUZA, Laura de Mello - Desclassificados do Ouro, SEVCENKO, Nicolau - Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultura na 1ª. República; CARVALHO, José Murilo de - Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, SP, Cia das Letras.

^{xv} Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses foi um dos historiadores que apontaram com bastante propriedade os termos do debate. Ver: MENESES, Ulpiano B. T. A História, Cativa da Memória. Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: V.34, 1992, p.p. 9-24

^{xvi} MENESES, Ulpiano Bezerra T. de A Crise da Memória ... op. cit. p.p. 15

^{xvii} WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

^{xviii} WOOD, Ellen. op.cit. p.p. 13

^{xix} Ver: WOOD, Ellen. op.cit.